

Entrevista

Vida e morte das Ligas Camponesas¹

Apresentação

Vânia Noeli Ferreira de Assunção²

Em 2015 completaram-se 60 anos de formação das Ligas Camponesas. Para marcar a efeméride, republicamos uma entrevista, feita em 1982 por J. Chasin e Ester Vaisman, com Francisco de Assis Lemos e Souza, que foi presidente da Federação das Ligas Camponesas do Estado da Paraíba e deputado estadual (PTB). Acreditamos que se trata de uma oportunidade para refletir sobre aquele movimento, aquele momento histórico e também o nosso, uma vez que o capitalismo aqui instituído não conheceu uma solução da questão agrária nos mesmos moldes que os países do capitalismo clássico e esta irresolução marca a realidade consolidada nos dias que correm.

A publicação original da entrevista, na *Revista Nova Escrita/Ensaio*, não foi meramente fortuita. A revista e, posteriormente, a editora que a publicava eram veículos de debates que, segundo se objetivava, proporcionariam a existência de um *movimento de ideias*: um agrupamento de pessoas com pontos de vista coincidentes sobre determinados temas e que, para além da forma partidária hipertrofiada pelo stalinismo, buscariam a intervenção na realidade efetiva a partir de uma análise de suas especificidades. Na intenção de incorporar densidade e profundidade aos debates, a Editora Ensaio publicava livros de autores marxistas e mesmo não marxistas, mas que se punham na contracorrente em termos de teorias hegemônicas, e a *Revista Nova Escrita/Ensaio*, também aberta a contribuições diversificadas, reproduzia textos clássicos e difundia reflexões importantes para compreender o Brasil. Com esta preocupação é que foram registrados depoimentos de sindicalistas como Luís Inácio Lula da Silva, Vanderlei Lino e Juarez Antunes, o teólogo da libertação D. José Maria Pires (*D. Zumbi*), o filósofo polonês Adam Schaff, o sociólogo Florestan Fernandes, o filósofo húngaro István Mészáros, o educador Paulo Freire e Assis Lemos, que ora reproduzimos, entre outros. Iniciativa que padeceu de muitos limites internos e exteriores, a Ensaio não deixou de ser um importante momento da hercúlea tarefa coletiva de buscar um

¹ Apresentação, observações entre colchetes e notas de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) – câmpus Rio das Ostras.

renascimento do marxismo, de retornar a Marx para, a partir dele, repensar a realidade brasileira.

Como é bem sabido, durante muito tempo a esquerda tradicional – capitaneada pelo Partido Comunista (PCB) – deixou de se debruçar sobre a especificidade da formação social brasileira, atribuindo-lhe características descoladas da efetiva realidade nacional, a fim de adequá-la aos paradigmas do stalinismo. Estudar e compreender o Brasil acabou sendo uma tarefa dos teóricos e políticos conservadores, que obviamente se desincumbiam dela com horizontes estreitos e objetivos limitados, geralmente voltados à conservação do *statu quo*, com ou sem uma modernização tecnológica de parelha. Assim, por volta dos anos 1960, o Brasil ainda era pouco conhecido – uma das decorrências de seu capitalismo objetivado de forma hipertardia, a qual, com base na exclusão das grandes massas dos grandes momentos da vida nacional, não proporcionou um amplo debate nem um acúmulo de experiências revolucionárias de que a esquerda pudesse se apropriar para, a partir dela, intervir nas lutas de classes.

Formação de natureza excludente e autocrática, o Brasil teve um desenrolar histórico peculiar em que conheceu não apenas o desenvolvimento desigual e combinado, mas um verdadeiro descompasso e uma inorganicidade entre suas diversas esferas – cultural, política, social, econômica – e âmbitos geográficos – especialmente entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste. Mas, se a integralidade da formação social brasileira resistia às mudanças advindas do lento e intermitente processo de industrialização, o conservadorismo ou mesmo a regressividade de certas proposições encontravam no campo – e especialmente no do Nordeste – o ambiente mais propício. De fato, no Nordeste a produção capitalista encontrou diversas formas de barateamento dos custos de produção e de reserva de força de trabalho, das quais se destaca o *cambão*, obrigação de trabalho gratuito para o dono da terra em troca da plantação de lavoura de subsistência. Desconsideração da legislação trabalhista, cobrança de aluguel altíssimo pela terra (*o foro*), sistema eleitoral viciado e até castigos corporais, ameaças e mortes eram presença constante naquelas bandas, de forma que as condições de vida dos trabalhadores e de outros produtores rurais – posseiros, parceiros, pequenos proprietários – eram muito mais precárias que as dos operários urbanos.

Num dos poucos e frágeis interregnos em que vigeu no Brasil uma autocracia institucional no século XX (e não uma ditadura), entre 1945 e 1964, o país experimentou muitas mudanças socioeconômicas e também nas formas organizacionais e nos movimentos de trabalhadores do campo e da cidade. No que toca ao campo, em 1943 houve alteração das leis relativas ao salário mínimo no sentido de incluir trabalhadores rurais, mas, mesmo após o fim do regime bonapartista do período anterior, elas nunca foram

plenamente cumpridas, como outros dispositivos legais que, teoricamente, também valiam para os trabalhadores rurais, mas eram ignorados. Em 1944 a legislação sancionou a formação de sindicatos rurais, contudo, continuava extremamente difícil criá-los, devido às exigências legais (para não falar da atuação repressiva dos próprios latifundiários). Mas o Código Civil permitia a criação de entidades de caráter não especificamente trabalhista. Com base nisso, em 1945, o PCB, então na legalidade, criou no Nordeste centenas de associações que receberam a designação de *Ligas Camponesas*. A experiência, contudo, foi curta, porque já em 1947, no governo Dutra, o PC foi proscrito e levou consigo aquelas organizações ainda embrionárias altamente controladas pelo partido.

A mobilização no campo entraria em momento ascendente em 1955, quando se criou a sociedade que ficou conhecida como Liga Camponesa do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão (PE), reunindo cerca de 100 famílias, que trouxe renome ao deputado socialista Francisco Julião. No rastro deste caso de sucesso é que surgiram outras ligas, que tiveram forte atuação, especialmente em Pernambuco e na Paraíba, mas que existiram em tamanhos diversos também em outros estados (Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e Distrito Federal). Designadas *Ligas Camponesas* pela imprensa conservadora local, que queriam associá-las aos perigosos e odiados comunistas, as entidades tiveram entre 100 e 12 mil associados (este último é o caso da Liga de Sapé). As Ligas congregaram parceiros, posseiros, foreiros, pequenos proprietários e trabalhadores rurais – e, por conseguinte, tinham reivindicações mais globais, como a reforma agrária, e outras locais, imediatas, bastante diferentes de região para região.

Em seus poucos nove anos de atuação, já que foram totalmente debeladas pelo golpe de 1964, as Ligas ganharam o apoio de – e impulsionaram – outras forças populares, como movimentos de periferias urbanas, estudantes, jornalistas e operários. Para demarcar sua importância, basta citar a promulgação, em 2 de março de 1963 (em grande medida, por pressão da sua atuação), da Lei 4.214, o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia direitos e benefícios aos trabalhadores rurais e formalizava direitos e responsabilidades dos sindicatos de trabalhadores rurais. Mais ainda: as Ligas se incluíram num amplo debate e na apresentação de propostas que queriam modificar o perfil do capitalismo nacional – as reformas de base, que tinham seu centro nervoso justamente na reforma agrária, dada a importância, àquele momento, da mudança estrutural no campo. Diga-se de passagem, a perda desse projeto de nação – e a passagem definitiva do momento histórico em que se poderiam infletir as estruturas nacionais – foi uma das mais significativas vitórias da ditadura inaugurada com o golpe de 1964. O sucesso naquelas

lutas, ainda que reformistas, significaria uma alteração substancial, uma verdadeira ruptura do nosso caráter colonial, podendo modificar toda a história dali para frente.

O advento do golpe de 1964 demonstrou a força do conservantismo nacional associado ao estrangeiro e a fragilidade intrínseca e a falta de organicidade dos grupos de esquerda atuantes nos Brasil. Ao golpe seguiu-se uma repressão que foi particularmente feroz no campo: queima de casas e de carteiras de trabalho, instauração de inquéritos e processos jurídicos, prisões, fugas desesperadas, tortura, desaparecimentos e mortes se tornariam tristemente célebres nos anos seguintes. No Nordeste, as Ligas foram particularmente visadas e seus membros foram implacavelmente perseguidos. Não cabiam nas estreitas fronteiras do capitalismo atrofico brasileiro, que era ameaçado por qualquer mobilização de caráter nacional e popular, ainda que com graus relativamente baixos de participação e mobilização política. Reafirmava-se o projeto de capitalismo das classes dominantes no Brasil, incompatível com a democracia e a inclusão socioeconômica.

Vida e morte das Ligas Camponesas¹

Entrevista com Francisco de Assis Lemos e Souza

por J. Chasin e Ester Vaisman

I – Origem e existência das Ligas

J. Chasin – *Sabemos que você é agrônomo e que foi presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. Como o agrônomo virou líder camponês?*

Assis Lemos – Desde o tempo de estudante eu já participava de movimentações políticas de cunho nacionalista, como a luta do petróleo² e outras. Fui presidente do Centro Acadêmico da Escola de Agronomia [do Nordeste, em Areia – PB] durante três mandatos (1950-52), fui fundador e presidente da União Estadual dos Estudantes. Além da participação no movimento estudantil, enquanto presidente do Centro Acadêmico, havia participado da organização de um sindicato em Areia. Lá havia uma tecelagem em que 90% dos operários eram mulheres e a fábrica desrespeitava continuamente a legislação trabalhista, por exemplo, demitindo mulheres que estavam grávidas. Algumas, inclusive, chegaram quase a dar à luz no recinto da fábrica, pois procuravam esconder a gravidez até o último momento, para não perderem o emprego. Em função disto, resolveu-se organizar um sindicato para, inicialmente, lutar pela aplicação da legislação trabalhista. Foi um sindicato muito combativo. Uma vez, houve uma greve e a polícia foi lá, as mulheres enfrentaram a polícia, conseguiram romper o cerco e fizeram uma passeata na cidade e a fábrica teve que aceitar a reivindicação, que era a readmissão de quatro operárias.

Como agrônomo, sentindo o problema do campo, foi fácil me engajar no movimento das Ligas Camponesas.

E. Vaisman – *Quando começou o seu engajamento nas Ligas Camponesas?*

Assis Lemos – Começou com a organização da primeira Liga, que foi a de Sapé (PB) e, por fim, de todas as Ligas que se organizaram aqui na

¹ Publicado originalmente na revista *Nova Escrita/Ensaio*, São Paulo, Ed. Escrita, n. 10, pp. 195-205, 1982.

² A Campanha do Petróleo, sob o lema “O petróleo é nosso”, reuniu, no final dos anos 1940 e início da década seguinte, setores nacionalistas que se opunham à atuação de empresas estrangeiras no ramo da exploração e refinamento de petróleo no Brasil (então permitida pela Constituição de 1946).

Paraíba³. Inicialmente, não tinham o nome de *Ligas*, tinham o nome de *Associação de Trabalhadores Rurais*; tinham seu estatuto e eram entidades legais. O nome *Liga Camponesa* foi dado pela imprensa local e nacional, a exemplo das organizações camponesas da Europa.

J. Chasin – *Como essas organizações legais, essas associações, concebiam os seus objetivos, o seu modo de atuação junto aos trabalhadores rurais?*

Assis Lemos – Vamos mostrar como se deu a luta dos camponeses em Pernambuco e na Paraíba, para se ter uma ideia.

Em Pernambuco, a luta nasceu no Engenho Galileia, cujo proprietário tinha-se afastado do estado durante muito tempo. Os trabalhadores, que lá moravam, ficaram na fazenda mesmo com a ausência do dono, continuaram a plantar etc. Um dia, depois de muito tempo, apareceu um herdeiro, que ninguém conhecia, para assumir o engenho e modificar tudo aquilo que existia. Os trabalhadores se organizaram⁴ e entraram com um processo na Justiça e contrataram como advogado Francisco Julião, que era, já na época, deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). A coisa demorou de tal maneira que o próprio Julião chegou à conclusão de que através da Justiça não se podia chegar a nenhuma solução e que, afinal, era um problema político. Na época, o governador era Cid Sampaio, usineiro, mas que, apesar disso, tinha sido eleito com o apoio das forças de esquerda, inclusive do próprio Partido Comunista (PCB). O secretário da Fazenda era Miguel Arraes, e o prefeito de Recife, Pelópidas Silveira. Julião achava que o caminho seria a desapropriação do Engenho Galileia e a sua entrega a uma cooperativa dos trabalhadores. E foi o que aconteceu. A Assembleia aprovou, Cid Sampaio sancionou e, afinal, o movimento camponês em Pernambuco começou com uma vitória política. O movimento foi se expandindo e o resultado foi a organização dos trabalhadores, e a coisa foi se estendendo para a área das usinas em Pernambuco. As reivindicações, nessa área da agroindústria,

³ A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé foi criada em fevereiro de 1958. Era filiada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), ligada ao Partido Comunista. Já a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba (conhecida como Federação das Ligas Camponesas) foi fundada em 25 de novembro de 1961, com representantes das 18 associações e contando com o apoio de operários, estudantes, intelectuais e jornalistas, muitos dos quais prestavam serviços voluntários aos membros das Ligas.

⁴ A Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, nome oficial da liga do Engenho Galileia, foi oficialmente criada em 1 de janeiro de 1955. O primeiro projeto de lei para desapropriação do Engenho Galileia foi apresentado em 12 de julho de 1957 à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco pelo advogado e deputado Julião e desconsiderado pelo então governador Cordeiro de Farias. Somente dois anos depois um projeto de teor semelhante, apresentado pelo deputado pessebista Carlos Luiz de Andrade, alcançaria o objetivo, sob o governo de Cid Sampaio.

eram de tipo operário, ou seja: extensão da CLT aos trabalhadores da indústria do açúcar, salário mínimo, repouso remunerado, férias etc. Então, a Liga Camponesa ficou fazendo o papel do sindicato.

Aqui, na Paraíba, só havia três usinas⁵, e a principal era de Renato Ribeiro Coutinho. Nelas havia um castigo chamado *cabocó*, que era aplicado aos trabalhadores cujo comportamento desgostasse a direção da empresa. Era um tanque cheio de água, onde era colocada a pessoa, que ficava dia e noite com a água até a boca, e não podia mexer-se, senão morreria afogada. Era um castigo tremendo e todo mundo morria de medo. Quando se falou em associação dos trabalhadores, aqui, houve uma reação brutal das usinas; durante muito tempo não se conseguiam associar os trabalhadores. Aqui na Paraíba havia uma luta política muito grande entre o [Partido Social Democrático –] PSD e a [União Democrática Nacional –] UDN. Na região da Várzea [do Rio Paraíba] havia dois setores do PSD, que combatiam a UDN, liderada por Renato Ribeiro Coutinho. Em Sapé era o deputado Ramiro Fernandes, e em Santa Rita, o deputado Heraldo Gabeira. Quando se organizou em Sapé a primeira associação dos trabalhadores, foi com uma reunião em que estavam presentes o deputado Ramiro Fernandes, o padre local, diversos vereadores, autoridades, representantes do governo do estado. Tudo se passou como se aquilo fosse a criação de mais uma entidade beneficente; era do interesse do PSD organizar aquela associação, pois esta se tornaria uma extensão da luta política do partido. Foi registrada e começou com um pequeno número, sob a liderança de um sapateiro, João Alfredo [Dias], conhecido como “Nego Fuba”, que começou, então, a arregimentar os trabalhadores. Depois, apareceram João Pedro Teixeira e outros líderes que foram se organizando e a associação passou a tomar outro caráter, deixando de ser uma entidade a reboque do PSD.

J. Chasin – *Precisamente, o que pretendia o PSD ao “colaborar” para a criação dessas organizações?*

Assis Lemos – Era organizar o seu eleitorado.

J. Chasin – *Nada mais que um curral eleitoral...*

Assis Lemos – A partir de Sapé o movimento assumiu caráter reivindicatório, sobretudo nas áreas fora do cultivo de cana, onde o sistema de trabalho era bastante diferente. Para que o camponês morasse na fazenda, num barraco de taipa e sapé, e tivesse o direito de plantar, em torno da sua casa, a lavoura de subsistência, ficava com a obrigação de dar

⁵ Eram, na verdade, sete: São João, Santa Helena, Santa Rita, Santana, Monte Alegre, Santa Maria e Tanques, sendo os maiores proprietários os Ribeiro Coutinho, os Lundgren e os Veloso Borges, na Zona da Mata, e os Gadelha no Sertão.

trabalho de graça de um, dois, três, até quatro dias por semana ao proprietário da terra. Chama-se *cambão*, mas em algumas regiões também é conhecido por *obrigação*. Quando se perguntava ao trabalhador: “O que você é?”, ele dizia: “Eu sou obrigado de seu Fulano de Tal.” Em outras regiões chamava-se *sujeição*, então o trabalhador dizia: “Eu sou sujeito de seu Fulano...”. A principal reivindicação das Ligas Camponesas, aqui na Paraíba, já que a agroindústria do açúcar era inexpressiva (em comparação com a de Pernambuco), era a liquidação do *cambão*. Além disso, outro problema que havia era o foro⁶ da terra, que era altíssimo. A gente fazia as contas, com base no salário mínimo da época, [e constatávamos que,] se os dias de trabalho gratuitos fossem pagos, dava para comprar com sobra as áreas que eles utilizavam. Em Rio Tinto o cambão era de quatro dias, e às vezes chegava a cinco. Todas as terras do município, tudo mesmo, até as casas, a igreja etc., pertenciam à família Lundgren. Eles usavam os trabalhadores do campo para trabalhar para eles de graça. Existia camponês que nasceu e viveu ali sem nunca ter visto dinheiro na vida. Em torno desse problema o movimento foi-se expandindo e houve época em que nós tivemos 14 associações aqui, em Sapé, com mais de 10.000 associados, e em Rio Tinto com grande número também.

E. Vaisman - *O número total de camponeses associados foi de quanto?*

Assis Lemos – Eu tenho a impressão de que ultrapassamos 40.000 associados. Em Sapé, no prazo de três horas, colocava-se mais de 10.000 camponeses na cidade; tal era o nível de organização que os camponeses já tinham. As Ligas tinham uma organização que era quase de tipo militar. O toque de reunir era feito por meio de foguetões. Assim, se queríamos fazer uma reunião em Sapé, soltávamos os foguetes na sede da Liga. Logo em seguida, em várias fazendas, onde se ouviam os foguetões, os delegados das Ligas também tinham seus foguetões e soltavam também. Assim, o raio da ação atingia uma área muito grande e imediatamente os camponeses paravam o que estavam fazendo e marchavam para a sede da Liga. Confiava-se de tal maneira na Liga que os camponeses atendiam rapidamente e se concentravam na sede da Liga. Isso aconteceu da mesma maneira em Alhandra, Mamanguape e outras localidades.

Enquanto as sedes das Ligas, em Pernambuco, eram nas fazendas, aqui as sedes ficavam nas cidades. Em Pernambuco, muitas sedes foram destruídas facilmente, porque ficavam dentro das propriedades e os donos das terras chegavam a qualquer hora e simplesmente derrubavam. Na cidade era mais difícil, porque a população toda tomava conhecimento, e nunca tivemos nenhuma invasão.

⁶ Preço do aluguel da terra.

O movimento em Pernambuco ficou muito na dependência da figura de Julião. Isso foi muito negativo, porque, qualquer erro que uma liderança desse tipo venha a cometer, o movimento não tem condições de evitar que essa conduta prejudique todo o processo de luta. Aqui, na Paraíba, evitamos de todas as formas que o movimento ficasse identificado com a figura de A ou B. Mas isso, é óbvio, não evitou as tentativas de divisão por conta das eleições. Mas, enquanto as cúpulas se dividiam, a massa continuou unida e firme dentro do mesmo propósito. Então, uma característica básica do movimento, aqui na Paraíba, é que ele ficou fora das usinas, só no final que ele começou a caminhar para dentro delas, porque o nível de mobilização era tão intenso que as usinas já estavam cercadas, por todos os lados, por toda uma movimentação.

E. Vaisman – *E como foi a organização dos trabalhadores das usinas?*

Assis Lemos – Os trabalhadores tinham grande dificuldade para se organizar, porque as usinas tinham um serviço de espionagem que já era um prosseguimento de toda uma máquina usada nas eleições. No período eleitoral, os fazendeiros, sobretudo os usineiros daqui da Várzea do [Rio] Paraíba, traziam seus eleitores, colocavam num determinado local, davam comida etc. O voto era através de uma cédula que o candidato dava. Então, eles tiravam a roupa do eleitor e este era examinado, depois, acompanhado de três ou quatro elementos de confiança, ia até a seção eleitoral, votava, e era examinado novamente, para ver se de fato tinha votado no candidato que a usina exigia. Depois, eles passavam a vigiar o trabalhador para ver se ele ia até as reuniões das Ligas. Se eles fossem às reuniões estavam sujeitos a sofrer o *cabocó*.

Somente um processo muito árduo, em que se demonstrasse a importância das Ligas, é que levaria o trabalhador, apesar de todas as barreiras, a ter confiança na Liga. Inicialmente, era lógico que, à medida que os camponeses fossem se organizando, era necessário mostrar algumas conquistas, para demonstrar que a sua associação faria com que eles saíssem da situação difícil em que se encontravam. Então, a partir de determinado momento, o movimento camponês da Paraíba já tinha uma repercussão fora do estado e, inclusive, fora do país. Em virtude disso, João Goulart aceitou a ideia de organizar uma forma de prestação de serviços ao camponês, que era a saúde. Assim foram criados, de uma vez só, sete postos do [Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência – Samdu]. Para trabalhar nestes postos, foram nomeadas pessoas de absoluta confiança do movimento camponês. Mas dois senadores, Argemiro Figueiredo, líder do [Partido Trabalhista Brasileiro –] PTB, e Rui Carneiro, do PSD, além de Abelardo Jurema, ministro da Justiça, tudo

fizeram para conseguir essas nomeações, com o objetivo de satisfazer seus cabos eleitorais, mas, apesar de todas essas pressões, os camponeses fecharam questão e o presidente da República foi obrigado a aceitar a imposição dos camponeses. Depois, vieram os postos de venda de alimentos e uma agência do Banco do Brasil para financiar o pessoal sem terra em Sapé. Tudo isso fazia com que os camponeses sentissem que a sua luta estava tendo resultado e o grande objetivo final era acabar com o *cambão*, levar a legislação trabalhista para o campo e, finalmente, todas aquelas medidas capazes de encaminhar uma solução para a questão agrária.

J. Chasin – *Você mencionou Samdu, Banco do Brasil... Significa que o movimento necessitava de um acerto com o estado? Ele extraía disto parcela de sua força, na medida em que conseguia fazer que o estado atendesse a determinadas reivindicações?*

Assis Lemos – É, realmente eram pressões que o movimento fazia. E, se chegasse a reforma agrária, teria sido uma medida conquistada ao estado.

No período final, estava-se conseguindo acabar com o *cambão* em algumas áreas. Inicialmente, grupos de camponeses passavam de fazenda em fazenda, pressionando para que o *cambão* acabasse, estabelecendo um acordo com o fazendeiro. Depois, as próprias Ligas se encarregavam do encaminhamento destas negociações.

E. Vaisman – *Os latifundiários tiveram alguma reação frente a este tipo de luta?*

Assis Lemos – Com o avanço do movimento, aqui na Paraíba, foi organizada a Associação dos Proprietários Rurais⁷, composta pelos elementos mais violentos, que tentavam a qualquer custo impedir o avanço do movimento. Em Sapé, onde havia um foco bem forte de camponeses organizados, houve o assassinato de Alfredo Nascimento, que era um líder na Fazenda Miriri, cujo proprietário era Pedro Ramos⁸. Depois, o

⁷ A Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (Apra), criada em 26 de abril de 1962, conhecida como Liga dos Latifundiários (Lila), desenvolveu também atividades paramilitares. Seus membros, portadores de um grande arsenal que incluía armas exclusivas do exército, tinham planos de resistir aos avanços das Ligas Camponesas e, no pré-golpe, de tomar de assalto o Palácio do Governo, caso o governador não estivesse do seu lado.

⁸ Alfredo Nascimento, um dos fundadores da Liga de Sapé e líder em Miriri, foi assassinado em 14 de março de 1961, após ameaça do pistoleiro contratado por Pedro Coutinho de expulsar todos os associados da Liga. Após sua morte e até o golpe, a fazenda passou a ser gerida em mutirão pelos próprios trabalhadores.

assassinato de João Pedro Teixeira⁹ por gente da polícia do estado, que servia de capanga para Agnaldo Veloso Borges. Assim, no final, o movimento teve que enfrentar essa organização de proprietários, que tinham armas, capangas etc. Já em Pernambuco os camponeses enfrentaram os usineiros isoladamente.

No episódio da morte do tesoureiro da “Liga dos Latifundiários”, Rubens Régis, estavam presentes Agnaldo Veloso Borges¹⁰, Joacil [de Brito] Pereira¹¹, César Cartaxo, Fernando Meireles, todos proprietários que foram pessoalmente destruir casas de camponeses numa fazenda do agrônomo Dorval Gomes, que não tinha pedido a eles para fazerem aquilo. Nessa ocasião ocorreu a morte de Rubens Régis e houve um aguçamento muito grande dos conflitos. Tanto que as lideranças camponesas, com receio de serem assassinadas, publicavam notas nos jornais, boletins, referindo que, se acontecesse algo com os líderes camponeses, então *fulano e fulano* seriam eliminados. Era uma forma de defesa.

J. Chasin – *A partir de que ano os choques chegaram a este ponto?*

Assis Lemos – A partir de [19]61-62. No final, o próprio governador do estado, Pedro Gondim¹², criou um quartel de polícia em Sapé, sob o comando de Luiz de Barros, para tentar impedir o avanço no movimento camponês.

⁹ Ocorrido em 2 de abril de 1962 e com grande repercussão na mídia nacional e internacional. João Pedro, assassinado com cinco tiros de fuzil, era casado com Elizabete Teixeira, com quem tinha 11 filhos, e seu velório contou com a presença de diversos líderes políticos e de movimentos sociais. Suas lutas e as circunstâncias de seu assassinato estavam sendo registradas pelo cineasta Eduardo Coutinho (1933-2014) para o documentário *Cabra marcado para morrer* quando ocorreu o golpe de 1964 e a consequente interrupção das filmagens. Na película, Elizabete representava o próprio papel.

¹⁰ Apontado por investigações oficiais como mandante do assassinato de João Pedro Teixeira, em 1962 (junto com Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares), e da líder sindical Margarida Maria Alves, em 1983. Na ocasião do assassinato de João Pedro, era sexto suplente de deputado, mas, no mesmo dia em que foi decretada a prisão dos autores materiais e intelectuais do assassinato (11 de abril de 1962), graças a uma série de renúncias e licenças médicas de deputados e suplentes, assumiu o mandato e ganhou imunidade parlamentar, permanecendo impune.

¹¹ Professor da UFPB, deputado estadual, foi um dos fundadores e advogado da Liga dos Latifundiários, ferrenho opositor das Ligas Camponesas e ativo conspirador do golpe. Posteriormente, foi secretário estadual do Interior e deputado federal.

¹² Pedro Gondim (PSD), vice-governador, assumiu o governo da Paraíba (1958-60) em face do afastamento, por motivo de saúde, do governador Flávio Ribeiro Coutinho. Em 1960, auge do trabalho na Paraíba, elegeu-se governador. Declarou-se a favor das reformas de base e pautou-se pelo respeito à legalidade e pelo diálogo com as Ligas e outros movimentos sociais que apoiaram sua campanha. Por outro lado, também se via pressionado pelos compromissos assumidos com os grupos agrários tradicionais do estado, com quem também se aliou para se eleger. Depois de algum titubeio, acabou tomando o partido do golpe. Conseguiu terminar o mandato e se eleger deputado federal pela Arena em 1966, mas foi destituído e teve os direitos políticos cassados por dez anos.

J. Chasin – *E quanto à questão, muito controversa, da passagem das Ligas a sindicato?*

Assis Lemos – Na campanha eleitoral de 1962, havia uma divisão no movimento camponês; de um lado, havia um grupo, liderado por Julião, querendo levar o movimento para a guerrilha; parte deste grupo era composta por pessoas que haviam sido expulsas do Partido Comunista¹³. Aqui, na Paraíba, eram [Adauto] Freire e Antônio José Dantas, este último encarregado de organizar a Liga de Santa Rita. Essa Liga a gente nunca conseguiu organizar, e não conseguia porque simplesmente os diretores desapareciam. Esse movimento estava isolado e totalmente rompido com as forças populares da época. Esse grupo tentou tomar conta do movimento aqui na Paraíba e, de fato, eles conseguiram conquistar algumas lideranças, muitas à base do dinheiro. Essas lideranças eram: Joaquim Ferreira Filho, Ofélia Amorim, Elias, de Alhandra, Manuel de Deus, de Mamanguape, e Elizabete¹⁴, esposa de João Pedro, que era presidente da Liga de Sapé. Entraram para o processo eleitoral e lançaram candidaturas, sobretudo de Elizabete, para dividir o movimento camponês. Em Sapé, que era o grande foco da luta camponesa, tive 1.001 votos, e Elizabete, 41. Aqui em João Pessoa fui muito bem votado e ela chegou aos 700 votos. No total, se não me engano, ela chegou a 1.200 votos, que é uma votação bem expressiva, mas não foram votos do movimento camponês. A esta altura, já existiam também pessoas que não tinham nada a ver com o movimento, mas que queriam aproveitar-se dele por motivos políticos pessoais. Estávamos preocupados com tudo isso e, depois das eleições, quando vimos a nossa corrente ficar fortalecida, verificamos que tínhamos um caminho urgente, de transformar as Ligas em sindicatos, porque, aí, só os camponeses poderiam participar das diretorias¹⁵. Esta é a razão fundamental da passagem das Ligas para sindicatos.

Discutimos, também, a questão do atrelamento do sindicato ao estado. E achamos que era melhor correr este risco do que permitir que as

¹³ O PC objetivava realizar a reforma agrária via acúmulo de forças e sindicalização rural para efetivação de reformas. Mas as divisões no interior do movimento eram grandes e ficaram evidentes no I Congresso Camponês nacional, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961. Ali foi rejeitada a tese que propunha a reforma das leis de arrendamento rural e a extensão da política salarial e de segurança social às massas rurais e saiu vitoriosa a da “reforma agrária na lei ou na marra”, lema saído das Ligas. Um grupo de comunistas dissidentes, dos quais faziam parte Julião e o líder Clodomir (“Cláudio”) dos Santos Moraes, falecido em março de 2016, passou a propor a luta armada e acabou sendo expulso do Partido em junho de 1962. Chegou a haver a criação de campos de treinamento em Dianópolis (GO), mas acabaram sendo liquidados pelos militares em novembro de 1962.

¹⁴ Após o golpe ela fugiu, refugiando-se em outro estado com outra identidade. Foi encontrada por Eduardo Coutinho já no início dos anos 1980, quando restabeleceu contato com a família.

¹⁵ Este processo, apoiado pela Ultab, culminou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1963.

Ligas se tornassem campo de carreirismo político e de outras tantas coisas, que iriam desiludir os camponeses, em lugar de fazer crescer o movimento. E nós tínhamos lutado para que a luta político-partidária não dividisse o movimento. Veja o exemplo de Elizabete, que, sem dúvidas, era uma batalhadora. No momento em que os camponeses perceberam que a candidatura dela iria dividir o movimento, não votaram nela.

Estava claro que a proposta de guerrilha não atraía o camponês. Iam para ela indivíduos que não tinham nenhuma raiz camponesa.

Julião, que era um indivíduo voltado, em todas as suas horas, para a luta camponesa, foi vítima desse grupo que, querendo mostrar que era o mais avançado da época, levou Julião a tomar uma posição que o prejudicou, e assim também ao movimento camponês. Ele passou a desempenhar uma série de tarefas que o afastaram do contato com os camponeses e, afinal, o que se viu foi que ele quase perdeu a eleição para deputado federal; além disso, perdeu a liderança no movimento para Gregório Bezerra. Assim, o que se assistiu naqueles tempos foi a uma desagregação total das antigas lideranças, que causaram vários prejuízos à unidade da massa camponesa. Mas conseguimos retomar e fazer com que o movimento crescesse extraordinariamente. As duas maiores concentrações camponesas do Nordeste foram feitas aqui: no 1. de maio [de 1962], em que mais de 20 mil camponeses se deslocaram para a cidade, e também na visita de João Goulart [29 de julho de 1962], quando ele faria um discurso sobre a reforma agrária e sobre aquela desapropriação das margens das estradas.

Eu até hoje acho que Julião foi envolvido. E é natural, tendo em vista o endeusamento da figura dele, identificando, inclusive, a sua figura a todo o movimento. E, se a pessoa não tiver uma formação muito segura, acaba sendo envolvida.

E. Vaisman – *Qual era o tipo de reforma agrária que se pretendia?*

Assis Lemos – Aí que era o problema. Ninguém havia parado para refletir que tipo de reforma agrária deveria ser feito. Os camponeses queriam que ela tivesse como resultado as condições necessárias para que eles pudessem cultivar a terra, tirar dela seu sustento.

Os latifúndios improdutivos, as terras mais férteis (as da Várzea do Rio Paraíba) tinham que ser transformadas em áreas de cultivo de alimentos. A ideia não tinha um contorno mais claro; não estava, no entanto, errada. Hoje estou convencido de que, se a gente tirasse essa cana-de-açúcar da Zona da Mata, onde há terras melhores e não há problemas de seca, e enchesse tudo aquilo de alimentos, dava para abastecer o Nordeste, o Brasil inteiro e ainda dava para exportar. Ao passo,

o que temos? Usinas atrasadas, vivendo à base de subsídios do IAA¹⁶ e, mesmo assim, só atingindo metade da produtividade do estado de São Paulo, por exemplo.

Assim, a conquista da reforma agrária, por ser algo que se punha como distante, no longo prazo, a gente não tinha refletido como ela deveria configurar-se inteiramente. Mas, em compensação, havia reivindicações imediatas que estavam conduzindo este processo, que era o caso do “cambão”, da “conga” (o camponês que quisesse plantar mandioca dava uma parte da farinha para o fazendeiro) e do “pulo da vara” (era estabelecido o tamanho da área que o camponês deveria carpir por empreitada; na ausência de um instrumento adequado de medição, o latifundiário utilizava um pedaço de madeira, que era disposto no terreno de tal forma que, na verdade, o pedaço de terra que o camponês carpia era bem maior do que o referente para pagamento), em torno das quais os camponeses se mobilizavam, visando ao término dessas várias formas de trabalho gratuito.

II – As Ligas e o golpe

J. Chasin – *Mais atrás você mencionou a instalação de um quartel de polícia em Sapé para reprimir o movimento. No meio de tanta luta e hostilidade, as Ligas chegaram a sentir que [o golpe de 19]64 estava no ar?*

Assis Lemos – Às vésperas do golpe ocorreu um fato interessante. Numa noite, um grupo de camponeses veio à minha casa, dizendo que estava disposto a invadir e tomar o quartel da polícia em Sapé. Aí eu disse que aquilo que eles estavam querendo era uma coisa difícil, porque, mesmo que conseguissem tomar o quartel, a polícia daqui de João Pessoa iria para lá e, se não bastasse, seria mobilizada a polícia de Pernambuco e até o próprio exército, enfim, seria uma chacina. Eles me disseram que não importavam as consequências e que a decisão final era invadir o quartel. A gravidade era tanta que fui até o Rio de Janeiro mobilizar as principais entidades da época para que viessem para cá. Assim, no dia 31 de março, haveria um primeiro comício preparatório para a vinda de uma delegação composta pelo presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, deputado

¹⁶ Instituto do Açúcar e do Alcool, que adquiria o açúcar produzido no Nordeste cobrindo a diferença com relação à produção das usinas do Sudeste, a chamada “equalização”. Este subsídio (que financiava usinas ineficientes e atrasadas tecnologicamente) era ainda complementado com o perdão de dívidas.

Sérgio Magalhães, o representante do [Pacto Unidade e Ação –] PUA, Osvaldo Pacheco, o presidente da [União Nacional dos Estudantes –] UNE [Max da Costa Santos], e Rafael Martinelli, presidente da Federação dos Ferroviários. Eram sete representantes de diversos setores da opinião nacional, que viriam à Paraíba, fazer concentrações em João Pessoa, Sapé, Santa Rita, Campina Grande etc. para denunciar o governo do estado, para forçar o governador Pedro Gondim a retirar o quartel de polícia de Sapé. Esse primeiro comício seria realizado em Cruz das Armas [populoso bairro de João Pessoa]; quando chegamos lá não havia ninguém e fomos informados de que o pessoal que já tinha chegado havia sido preso. Depois disso fui à casa do deputado Zé Maranhão e fiquei conversando até cerca de 23 horas, ele me deixou em casa e por acaso liguei o rádio; fiquei sabendo que estava havendo uma movimentação que partia de Minas Gerais com o fim de derrubar o governo. Quando vi que este movimento havia recebido o apoio de Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e também do general Amaury Kruehl¹⁷, cheguei à conclusão de que, mesmo que houvesse resistência, a luta demoraria no mínimo dois meses. Saí avisando os companheiros para não dormirem em casa, orientando que procurassem um local para se esconderem; e que uma alternativa seria ir para Recife, entrar em contato com [o governador] Arraes, para saber como organizar uma resistência àquela manobra. Fui, então, em companhia do ex-delegado do Tribunal de Contas, Laurindo Albuquerque, numa Kombi, para Recife, diretamente para o Palácio do Governo. Chegando lá encontramos Arraes, D. Magdalena¹⁸ e mais cinco pessoas. Àquela altura, Arraes nos revelou que tinha mantido contato com João Goulart, pedindo a substituição do general Justino [Alves Bastos] do comando do IV Exército¹⁹, pelo comandante da VII Região Militar, general Altair Franco Ferreira. Jango teria respondido que Arraes não se preocupasse, porque general Justino havia acabado de telefonar, prestando solidariedade ao governo. Arraes telefonou para o ministro Abelardo Jurema, pedindo para ele convencer Jango a não confiar em

¹⁷ Adhemar de Barros era então governador de São Paulo. Magalhães Pinto era governador de Minas Gerais. Ambos tiveram papel fundamental na conspiração e no desencadeamento do golpe. General Amaury Kruehl havia sido chefe de Gabinete e ministro da Guerra do governo João Goulart e em março de 1964 era comandante do II Exército. Era amigo e homem de confiança de Goulart, mas acabou apoiando o golpe – segundo as notícias mais recentes, subornado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pela quantia de US\$ 1,2 milhão.

¹⁸ Maria Magdalena Fiúza Arraes de Alencar, segunda esposa de Miguel Arraes.

¹⁹ O Exército Brasileiro se subdividia em I Exército, sediado no Rio de Janeiro; II, em São Paulo; III, em Porto Alegre, e IV, sediado em Recife. General Justino, opositor ferrenho das massas trabalhadoras do campo, foi um dos principais articuladores do golpe no Nordeste, onde coordenou um “Plano das Capturas” que fez cerca de mil prisioneiros. Seus planos para concorrer às eleições de 1966 ao governo do Rio Grande do Sul falharam e passou, então, a ser um crítico do governo federal.

Justino e fazer a mudança no comando. Mas, a esta altura, as ligações telefônicas do Palácio com o resto do país foram cortadas; a telefônica informava que era um defeito momentâneo e que logo as ligações seriam restabelecidas. Nesse momento, disse a Arraes que ele não deveria ficar no Palácio, que deveria sair, procurar a casa de um amigo e, quando fosse de manhã, fizesse uma proclamação ao povo de Pernambuco, convocando a população a comparecer ao Palácio do Governo. Uma pessoa, cujo nome não me recordo²⁰, dizia que Arraes não deveria deixar o Palácio e, mesmo que fosse preso, não deveria deixar o posto do governo. Aí eu disse que, se isso acontecesse, dificilmente ocorreria alguma resistência ao golpe aqui no Nordeste. Mas a ideia que dominou foi a de que Arraes deveria permanecer no Palácio. Então, Arraes pediu que alguns companheiros e eu fôssemos com a Kombi, que tinha placa de João Pessoa, dar uma volta em frente aos quartéis, para verificarmos se havia alguma movimentação. Nós passamos e constatamos que não havia nada que chamasse a atenção, não havia nenhuma movimentação. Quatro horas depois fizemos de novo esse mesmo trajeto e não notamos nada. Já ao amanhecer fomos fazer uma nova inspeção; logo ao sair do Palácio, ao chegarmos ao Parque 13 de Maio, notamos que estava totalmente tomado por tropas armadas de metralhadoras. Voltamos imediatamente e comunicamos ao governador o que estava acontecendo. Então, ele ligou para o general Justino; este informou que aquilo não era nada e que o IV Exército estava solidário com o presidente da República. Ao mesmo tempo, aproveitava para pedir a Arraes que recomendasse ao comandante da polícia do estado que suspendesse a construção de trincheiras no quartel da polícia de Pernambuco, para que não houvesse nenhum problema no IV Exército. Logo em seguida, entrava um emissário do mesmo general Justino, pedindo a suspensão da greve que havia sido deflagrada em Pernambuco para que, dessa forma, o general tivesse condições de sufocar a iniciativa de alguns coronéis, que estavam tentando organizar algum movimento em favor do golpe; se a situação estivesse calma, seria mais fácil estabelecer essa unidade entre o governo do estado e o IV Exército, em defesa do governo João Goulart. E, realmente, Arraes e todos os presentes concordaram com esta ideia e convocaram todos os líderes sindicais de Pernambuco (obviamente, todos que era possível localizar) para que comparecessem a uma reunião no Palácio e debatessem esta questão. Vieram todos e se reuniram. No momento em que estavam debatendo, às 8 h 5 min, o *Repórter Esso*, em edição extraordinária, informou que o IV Exército, através de um manifesto, tinha-se declarado ao lado das forças contrárias ao presidente João Goulart. Naquele instante, estava tudo encerrado. A esta altura, as tropas do Parque 13 de Maio, sem que

²⁰ Trata-se do vereador por Recife Carlos Duarte (PCB).

tivéssemos notado, tinham avançado e já estavam cercando todo o Palácio. Todos se retiraram. Eu mesmo atravessei bem no meio das tropas. Gregório Bezerra, num Jeep velho, também atravessou no meio das tropas e ninguém foi preso. Só Arraes e sua família ficaram no Palácio. Uma comissão formada por três coronéis, Costa Cavalcanti, Ivan Rui e Dutra de Castilhos, vinha como emissária do IV Exército negociar com Arraes aquilo que a imprensa noticiou e que eles confirmaram. Em primeiro lugar, queriam que Arraes ligasse para Jango pedindo que ele renunciasse. Arraes se recusou. Vieram com uma segunda proposta: Arraes permaneceria no governo, só que o secretário da segurança e o comandante da polícia seriam indicações do exército. Arraes recusou, dizendo que, como governador, era ele quem nomeava seus secretários. Então, veio uma terceira proposta: se Arraes renunciasse não aconteceria nada com ele. Mais uma vez, Arraes se recusou, e então foi preso. A esta altura, cada um de nós procurou esconder-se como pôde, pois não havia mais condições de resistência²¹.

J. Chasin – *Uma vez vitorioso o golpe, o que foi feito das Ligas Camponesas aqui na Paraíba?*

Assis Lemos – Todas as lideranças camponesas foram presas pela polícia, pelo exército. No meu caso, fui preso e depois tive que sair da Paraíba, pois não havia mais condições de viver aqui, e fui para o Sul do país. Depois, não tive mais notícias, a não ser esporádicas, do que tinha acontecido com os diversos líderes camponeses.

Estive preso em vários quartéis, inclusive em Pernambuco e Fernando de Noronha, respondi inquérito no [Centro de Informações da Marinha –] Cenimar e terminei, na época de João Alfredo (Nego Fuba) e Pedro Fazendeiro [Pedro Inácio de Araújo], no Quartel do 15 [Regimento de Infantaria] aqui em João Pessoa. Estava numa cela, e João Alfredo, em outra. Numa noite, antes do meu interrogatório, veio um tenente chamado *Falcão* (ele tinha uma mancha no rosto) e jogou água em cima de mim. Ele repetia essa “operação” de duas em duas horas durante a noite toda para que eu não dormisse. Naquele mês de setembro estava fazendo frio e João Alfredo jogou uma coberta para que eu pudesse me proteger. Foi uma noite de preparação para o meu interrogatório, que fazia parte do inquérito que era comandado por major [José Benedito dos Magalhães] Cordeiro.

Nesse período de cela, depois de um dos interrogatórios, João Alfredo voltou dizendo: “eu não vou mais sair daqui, porque major Cordeiro quer que eu confesse que estava presente numa reunião do

²¹ Assis Lemos escondeu-se na residência do ex-deputado Osmar de Aquino, onde ficou até o dia 6 de abril, quando foi preso. Passou por várias prisões, nas quais sofreu torturas físicas e psicológicas. Foi solto em 14 de outubro de 1964.

Partido Comunista, e eu neguei o tempo todo”. Aí aconteceu algo inesperado: nessa mesma noite²², João Alfredo foi solto e, é lógico, ficamos todos contentes. Ainda estavam presos: João Manuel de Carvalho, Pedro Fazendeiro, Antônio Fernandes, que era prefeito de Rio Tinto²³, e eu. Dias depois Manuel era solto.

No dia 7 de setembro, à noite, Pedro Fazendeiro foi solto. Antônio Fernandes deu-lhe um dinheiro, dizendo que pegasse um táxi em frente aos guardas do quartel. Pedro Fazendeiro pegou um monte de jornais velhos para vender (ele estava sem dinheiro, seis meses preso) e um joguinho feito de madeira, que era o nosso passatempo... Mas, não teve conversa, ele falou que era da filha dele, pegou o brinquedo, meteu no bolso e levou embora. Ficamos contentes, pois pensávamos que logo chegaria a nossa vez! No domingo, que era dia de visita, a mulher de Pedro Fazendeiro vinha chegando e eu disse: “Dona Maria, como vai? E Pedro, como está?” Aí ela disse: “Vim visitá-lo.” Então todos se viraram, espantados: “Mas Pedro foi solto esta semana.” A reação dela foi: “Será que aquele homem está louco, ele passa seis meses preso e não volta para casa? Será que aquele maluco foi para Sapé?” Aí, então, ficamos perturbados. Com toda aquela recomendação, não tinha nenhum sentido Pedro ter ido para Sapé. Recomendamos, então, a D. Maria que fosse falar com o comandante do [Inquérito Policial-Militar –] IPM aqui na Paraíba, para saber onde Pedro Fazendeiro estava. Eu imaginava que ele tinha sido solto do quartel, mas estava preso na polícia ou tinha sido transferido para outro setor. Aí D. Maria disse: “Mas antes eu preciso falar com João Alfredo, para dar um recado da filha dele.” Aí, então, foi que percebi o que havia acontecido²⁴, e combinei com a minha mulher que só saía da prisão acompanhado por familiares. Em seguida, recomendamos a todos que fizessem o mesmo. Em Recife também era assim, soltavam o sujeito do quartel, o pegavam na esquina e depois desapareciam com ele, enquanto no quartel ficava um documento que atestava a soltura dele.

J. Chasin – *E vestígios de João Alfredo e Pedro Fazendeiro nunca mais apareceram?*

Assis Lemos – Só quem podia dizer sobre a saída deles do quartel é major Cordeiro, que era responsável pelo inquérito, foi o homem que deu a soltura a ambos, fora do expediente, à noite.

²² 29 de agosto de 1964.

²³ Em Rio Tinto a população, com apoio do prefeito, organizou uma tentativa de resistência ao golpe de 1964, tomando a fábrica de tecidos e isolando pontos estratégicos da cidade com arame farpado. A Polícia Militar interveio rapidamente, dispersou a multidão e prendeu o prefeito.

²⁴ Nego Fuba e Pedro Fazendeiro foram os primeiros presos políticos “desaparecidos” após o golpe de 1964.

Há uma versão de que foram encontrados cadáveres que podiam ser deles na estrada Campinas Grande-Caruaru, mas não há certeza. A esta altura, já não importa encontrar os cadáveres, mas os responsáveis. Major Cordeiro – José Benedito Montenegro Magalhães Cordeiro – era um homem muito ligado aos latifundiários e inimigo feroz das forças populares. Uma vez, numa reunião estudantil, ele e Joacil Pereira arrombaram a porta da Faculdade de Direito com um aríete.

E. Vaisman – *Por que as Ligas Camponesas não esboçaram qualquer resistência ao golpe de 64?*

Assis Lemos – Naquela época, os camponeses estavam conscientizados de que seus inimigos eram os latifundiários, seus capangas e a polícia. Já contra o exército não havia entre os camponeses uma posição definida, mesmo porque havia o exemplo de general [Osvaldo de Araújo] Mota, comandante do Grupamento de Engenharia aqui em João Pessoa, que não era inimigo do movimento camponês. Ele não deixava, por exemplo, que Renato Ribeiro Coutinho aparecesse ao lado dele nos palanques. E este latifundiário era um homem muito ligado às forças armadas; de tal maneira que portava armas privativas do exército. Além disso, no dia de seu aniversário, a banda marcial do 15. Regimento de Infantaria ia tocar a *Alvorada* em frente à sua casa, na Av. Epitácio Pessoa, às cinco da manhã. Havia também um estande de tiro com o seu nome, e tinha uma sala, onde despachava, dentro do 15. E general Mota não admitia isso. Havia também general Osvino [Ferreira Alves]²⁵ e tantos outros, que estavam mais ou menos ligados às reformas das quais se falava na época. Por outro lado, havia o caso dos inimigos declarados, como coronel Ednardo D'Ávila Mello²⁶, que era comandante da IV Região. Mas, em todo caso, não tínhamos propriamente nenhuma palavra contra o exército e, em função disso, seria difícil que os camponeses reagissem contra um movimento do exército. Mas, se tivesse havido tempo para preparar uma resistência, eu não tenho dúvida de que ela se daria, em função, inclusive, do grau de disciplina que as Ligas tinham alcançado.

J. Chasin – *Em suma, pensando no conjunto dos aspectos que você abordou e apoiado em sua experiência, qual foi o erro básico da esquerda no pré-64?*

²⁵ Ele havia sido comandante do III e do I Exércitos, onde mantivera relações cordiais com movimentos populares. Em janeiro de 1964 foi nomeado presidente da Petrobrás. Com o golpe, foi destituído do cargo, teve seus direitos políticos cassados e chegou a ser preso.

²⁶ O coronel, depois general, chefe militar da conspiração golpista na Paraíba, foi comandante do 15. Regimento de Infantaria, onde foram desaparecidos Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. Também comandaria o II Exército, onde foram assassinados Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

Assis Lemos – Eu não sei bem se houve, propriamente, um erro da esquerda. Acho que houve mais um erro do próprio governo. Ele não tinha nem dispositivo militar nem político para apoiar as reformas que ele mesmo estava prometendo. O governo estava em minoria tanto na Câmara quanto no Senado. A Frente Parlamentar Nacionalista tinha cerca de 60 deputados, num conjunto superior a 300. Basta lhe dizer que houve um comício aqui, defronte ao Palácio do Governo, em que insultaram até a mulher do presidente da República. Ele foi informado de que tudo isto contava com o apoio de coronel Ednardo D'Ávila Mello, e que uma alternativa seria a substituição deste. O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, disse que, na ocasião, não tinha nenhum coronel de confiança para fazer a substituição...